



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



**Caracterização socioeconômica do Assentamento Folhal
no Município de Presidente Juscelino - Maranhão**
*Socioeconomic characterization of the Folhal Seating in the
Municipality of President Juscelino - Maranhão*

FERREIRA, Klayton Antonio Lins¹; NASCIMENTO, Cláudio Adriano de Jesus¹;
ARAÚJO, Wallyson Santos; FERREIRA, Paula Fernanda Alves¹; DAMASCENO,
Jackson Júnior Bouerés¹; OTTATI, Ana Maria Aquino dos Anjos¹

¹Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), klaytonferreira25@gmail.com; adriano_c2@live.com;
wallyson.co@hotmail.com; paula.faf@hotmail.com; jacksonboueress@bol.com.br; anamariaanjos@
bol.com.br

Tema Gerador: Políticas Públicas e Conjuntura

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo caracterizar os principais aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais no Assentamento Folhal localizado no município de Presidente Juscelino - MA. Foi feita a coleta de dados através de um questionário composto por perguntas abertas e fechada referentes aos tipos de cultivos, renda de autoconsumo da família, atividades fechadas, principais problemas e entraves referentes na produção agrícola. Os dados secundários foram coletados através de pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que mesmo com políticas públicas específicas para os assentamentos ainda não são suficientes para resolver tantas mazelas, e as atividades agrícolas e não agrícolas precisam está atrelada, por que isso amplia as oportunidades das famílias perante momentos de escassez no campo.

Palavras-chave: tipos de cultivos; não agrícolas; escassez no campo.

Abstract

The present work had the objective of characterizing the main socioeconomic, cultural and environmental aspects in the Follet Settlement in the municipality of Presidente Juscelino - MA. Data were collected through a questionnaire composed of open and closed questions related to the types of crops, household income, various or non-agricultural incomes, activities closed, main problems and obstacles related to agricultural production. Secondary data were collected through bibliographic and documentary research. It is concluded that even with specific public policies for settlements are still not enough to solve so many problems, and agricultural and non-agricultural activities need this link, because this expands the opportunities of families in times of scarcity in the field.

Keywords: types of crops; non-agricultural; shortage in the field.

Introdução

Segundo Freire (1992), os latifúndios imensos, sem produzir e sem gente, de propriedade de uma só família, impedia que se fizesse no Brasil uma divisão mais humana e mais racional da terra. Assim, ficou mais gritante a necessidade de se intensificar a regularização fundiária através da reforma agrária, reconhecimento de comunidades quilombolas e de terras de herdeiros. Com a reforma agrária, surge o termo assentamento rural usado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



com o objetivo de designar um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas onde antes existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. A reforma agrária tem como plano melhorar a vida das pessoas que vivem na luta pela terra, algo que já gerou e gera muitos conflitos.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei 11.947 de 2009, nasceram como programas intersetoriais que, dentre outros objetivos, buscam efetivar e operacionalizar a necessária associação da produção familiar local e o consumo de alimentos em quantidade e qualidade compatíveis com o conceito de segurança alimentar, conforme definido pela Lei 11.346 de 2006 (CAMARGO, 2013). Do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Material e Métodos

O trabalho foi realizado com famílias da comunidade Assentamento Folhal localizada no município de Presidente Juscelino, distante 92 km de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. O município de Presidente Juscelino - MA, está localizado na Mesorregião Norte Maranhense, e na microrregião Lençóis Maranhenses/ Munim, distante 92 km de São Luís, Capital do Estado. A população no Censo de 2010 era de 11.541 habitantes, 64% residem na zona rural. Em 2016 a população estimada é de 12.532. O município tem uma área estimada de 354,696 km² e apresenta densidade demográfica de 32,54 hab./km². A agropecuária é o principal setor produtivo do município, contribuindo com mais de 40 % da sua renda. O município possui um IDH, com valor de 0,563, renda rural *per capita* de R\$ 33,67 e urbana de 162,83 R\$. O Índice de pobreza é de 57,30 % (IBGE, 2016). Na pesquisa foram utilizadas fontes de dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados através da aplicação de um questionário composto por perguntas abertas e fechada referentes aos tipos de cultivos, práticas agrícolas, autoconsumo da família, atividades desenvolvidas, principais problemas e entraves referentes na produção e a origem da renda, se existe ou existiu o apoio institucional e técnico assim como as fontes de recursos destinados a produção entre outros. Os dados secundários foram coletados através de pesquisa bibliográfica e documental realizada em artigos científicos, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



(INCRA), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram entrevistadas 10 famílias nos meses de novembro a dezembro de 2015, distribuídas na comunidade analisada. Após a coleta, foi feita a tabulação dos dados através do Programa Excel (Microsoft Office Excel). Na análise estatística se fez uso da Análise Descritiva.

Resultados e Discussão

O Assentamento Folhal é constituído de 38 famílias cadastradas junto ao Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) e mais 25 que ocupam a área, porém não possuem o cadastro. Constatou-se na Tabela 1, que 100% das famílias da comunidade fazem uso de pousio, podem ser explicados pela forma do uso da terra, eles usam diversas áreas deixando as anteriores que foram utilizadas por um período de descanso. 20% cultivam feijão, outros 20% possuem pastagem nativa. 100% das famílias cultivam mandioca, destacando-se sempre em relação aos outros cultivos, graças ao uso da farinha de mandioca como acompanhante em diversos pratos típicos, isso explica o seu valor não só econômico, mas cultural. Seguida do milho com 90%. Macaxeira, pomar, abóbora e cultivo consorciado foi destaque em 50% das famílias, as hortas foram utilizadas em 30% das famílias, isso pode ser explicado pela dificuldade das famílias em alcançarem os padrões exigidos pelos programas PAA e PNAE.

Tabela 1 - Tipos de cultivos e práticas agrícolas no Assentamento Folhal.

Cultivos	Número de famílias	Percentual (%)
Pastagem Nativa	2	20
Horta	3	30
Mandioca	10	100
Milho	9	90
Macaxeira	5	50
Feijão	2	20
Pomar	5	50
Abóbora	5	50
Cultivo consorciado	5	50
Pousio	10	100

A consorciação de culturas se apresenta como uma estratégia relevante nos agroecossistemas observados, pois permitem incrementar a produtividade, ao mesmo tempo em que auxiliam no controle biológico de pragas e doenças, intensificam a ciclagem de nutrientes, e poupam trabalho ao agricultor e sua família (GAVIOLI et al, 2008). De acordo com Sousa et al., (2004) O debate sobre a importância da agricultura familiar



como forma de produção sustentável vêm ganhando especial atenção nos últimos anos, impulsionado pela discussão corrente sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. A elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF refletem e ampliam os rumos dessa sustentabilidade na sociedade como um todo (GUANZIROLI; CARDIM, 2000). Notou-se na Figura 1, que (100%) das famílias utilizam a renda de autoconsumo para suprir suas necessidades básicas. Destacou-se a família 3 com um valor de (R\$ 10.860,00) o que mensalmente daria em torno de R\$ 905,00, seguida pelas famílias 2, 8, 5, 9 e 10 com os valores anuais de renda de autoconsumo (R\$ 8.650,00; 8.156,00; 7.980,00; 6.950,00; 5.985,00) que mensais renderia respectivamente (R\$ 720,83; 679,66; 665,00; 579,16; 498,75). Por outra vertente o menor valor encontrou-se na família 4 (R\$ 2.160,00) dividindo por 12 meses daria R\$ 180,00, seguida das famílias 6, 7 e 1 (R\$ 3.285,00; 4.414,00 e 5.200,00), respectivamente em valores mensais dariam (R\$ 273,75; 367,84 e 433,00). É notória a importância dessa renda para as famílias, pela contribuição para a diminuição nas despesas com outros bens, como material escolar, medicamentos. Nessas regiões onde existem diversos problemas sociais, problemas em relação à fertilidade do solo, em relação à comercialização dos produtos, uma renda como essa não deixa de ser de fundamental valor para todas as famílias (Figura 1). Todas as formas familiares de produção, sejam elas mais empresariais ou mercantis, sejam menos inseridas no mercado (produtores de subsistência), realiza algum tipo de produção cujo fim é o consumo familiar (GRISA et al., 2010).

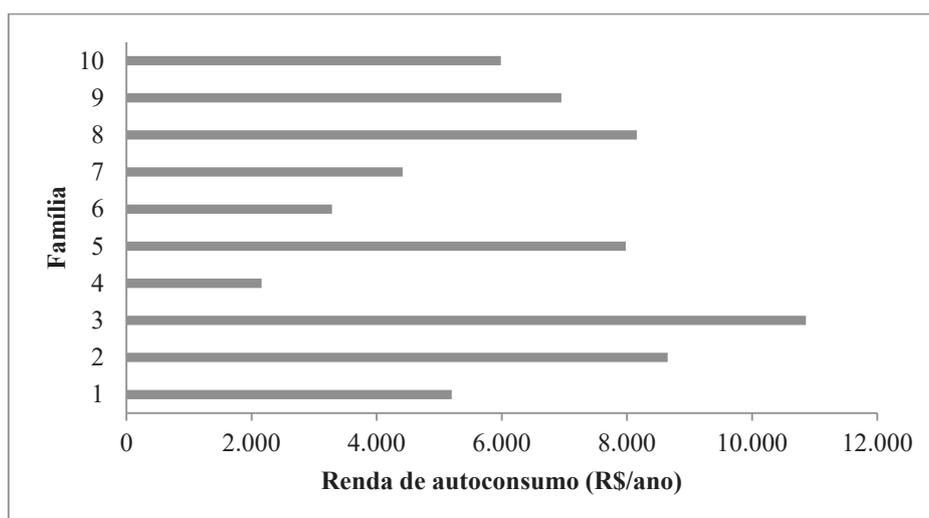


Figura 1 - Renda de autoconsumo (R\$) das famílias do Assentamento Folhal.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Ainda segundo Grisa et al (2010), o autoconsumo é uma estratégia que é utilizada pelas unidades familiares visando garantir a autonomia sobre uma dimensão vital: a alimentação. Com efeito, a produção para autoconsumo possibilita o acesso direto aos alimentos.

Conclusão

Conclui-se que todos os tipos de renda no assentamento Folhal, sejam agrícolas, não agrícolas precisam esta atrelada uma a outra, por que dessa forma amplia as oportunidades das famílias perante momentos de escassez no campo. Foi visto que as rendas oriundas de benefícios e transferências sociais podem cumprir um papel fundamental na vida dessas famílias, no entanto a diversificação de atividades rurais e não rural e políticas públicas sérias seria a melhor forma de minimizar o grau de vulnerabilidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007/2009/lei/111947.htm>. Acesso em 08 nov. 2016.

CAMARGO, R. A. L. de.; BACCARIN, J. G.; DA SILVA, D. B. P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. Temas de Administração Pública, v. 8, n. 2, 2013.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 245, 1992.

GAVIOLI, F. R. et al. Consórcios utilizados no Assentamento Monte Alegre, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. de C. S. (Coord.). Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica, INCRA/FAO, 2000.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso 28 nov. 2016.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Programa de consolidação emancipação (autosuficiência) de assentamentos da reforma agrária. Plano de consolidação do assentamento Andalucia. Nioaque/MS, v. 2, set. 2002.

SOUSA, M. C. De., et al. Qualidade de vida da agricultura familiar em assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Norte. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, 42, 2004.